

A ATUAL (DES)CREDIBILIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANTE A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

LUCAS MELGAÇO DA SILVA

Mestrando em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. E-mail: lucasmelgaco@alu.ufc.br

Introdução

O ensino, segundo a Constituição Federal (1988), em seu artigo 206º, parágrafo VII, deve ser ministrado com base na garantia de padrão de qualidade. Ainda, esse aspecto qualitativo é assegurado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), em seu artigo 3º, parágrafo IX. Nesse sentido, para que essa qualidade seja alcançada, é de suma importância grandes investimentos estruturais, profissionais, humanísticos e científicos. Dentre estes e mais específicos, a internacionalização da educação superior.

No caso do Brasil, diversos são os programas e projetos, desenvolvidos pelo Estado, e em parceria com a iniciativa privada, que incentivam essa internacionalização. Como exemplo, podemos listar alguns: os programas desenvolvidos pelo Banco Santander (Fórmula Santander, Programa Top China, Programa Top Espanã, Programa Top UK, Programa Top USA, Bolsas Luso-brasileiras, Bolsas da Universidade de La Rioja, entre outras), o Erasmus Mundus, o programa de licenciaturas internacionais regido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, e o maior e mais abrangentes em termos quantitativos, o Ciência sem Fronteiras.

Todavia, devemos observar o que está sendo feito, em primeira instância, por meio da União para com a universidade brasileira – principal fonte do conhecimento científico, tecnológico e responsável pela inserção do indivíduo no mercado de trabalho – para garantir a boa formação de seu aluno, cada vez mais convicto de suas funções frente à sociedade que preza o conhecimento, para então depois, efetivar sua internacionalização.

Desse modo, nos surge o questionamento: qual é a confiabilidade na qualidade da educação brasileira, mediante a internacionalização da educação superior?

Trata-se de um estudo realizado por ocasião do curso “A internacionalização da Educação Superior”, ofertado como parte da programação do seminário “O Paradigma da Economia Global e o Desenvolvimento sustentável à Formação Discente e Docente em Educação”, ocorrido na Universidade Federal do Ceará em Parceria com a UNESCO e Universidade das Nações Unidas – UNU.

Objetiva-se relatar aspectos da aceitação no modelo de oferta educacional mediante os atuais processos de internacionalização da educação superior. Desse modo, o trabalho, de cunho qualitativo, baseou-se em pesquisa bibliográfica.

Ante os resultados levantados, percebemos grande falta de recursos e incentivos para a oferta da educação interna, em seus diversos níveis (básica e superior), uma passível desestruturação e falta de acompanhamento dos programas de internacionalização posteriormente ao envio dos alunos ao exterior, seguido da falta de perspectiva por parte destes.

A internacionalização da educação superior

A ideia de internacionalização da educação superior promove uma nova dinâmica da formação acadêmica e “[...] está fundada en el valor del conocimiento y de la formación y se refiere a las diversas formas de cooperación entre instituciones de educación superior (IES), investigadores, profesores, Estudiantes” (SEGRERA e GRIMALDO, 2012, p.1).

A internacionalização é um processo para introduzir as dimensões globais, interculturais e internacionais na educação superior com o objetivo de melhorar sua qualidade e elevar o nível acadêmico dos programas de educação superior (SEGRERA e GRIMALDO, 2012). Em todo caso, os estudiosos a definem como um

processo que promove a melhoria e a sofisticação da docência e da investigação superior brasileira. Logo, a importância da internacionalização da educação superior é algo indubitável. Em nível global, ela é uma estratégia de melhoria e visibilidade da educação de um País.

A (des)credibilidade na educação brasileira

Assegurado pela Constituição Federal (1988), e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), a educação deve ser ofertada de modo a garantir a qualidade. No entanto, de acordo com os dados de pesquisas internacionais, dentre eles, o Programme for International Student Assessment – PISA¹ (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que mede a qualidade de ensino, a educação básica brasileira nos apresenta como uma das piores do mundo. Ao recorrermos a educação superior, essa visão não é muito diferente. Diversos e visíveis são os problemas: estruturas físicas inadequadas, falta de material didático-pedagógico, poucos laboratórios, docentes mal capacitados, com baixa valorização e remuneração salarial.

Todos esses problemas refletem na sociedade tão claramente de modo que a população chega ao ponto de reivindicar uma nova postura do Estado. Tal insatisfação pôde ser vista através das greves nas Universidades Federais no ano de 2012 e nas manifestações que desencadearam por todo o país no início do ano de 2013 (ver figura 1, 2 e 3).

¹ Para ter acesso aos resultados dos países participantes do PISA, em cada área, de 2000 a 2013, acesse: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2013/resultados_pisa_2000_2012.pdf>.



Figura 1 – Mapa dos protestos pelo Brasil

Fonte: <http://oglobo.globo.com/infograficos/mapa-protestos/>

Podemos perceber, por meio da imagem, o quanto intenso é o descontentamento da população brasileira, visto que a onda de protestos em meados de 2013 aconteceu na maioria das unidades federativas do país.

Por meio do grande número de pessoas participantes dos protestos e dos anúncios vistos nos cartazes, percebe-se o quanto a educação brasileira carece de recursos. Ademais, além de fazerem menção a todos os níveis educacionais, tais protestos apontam para a falta de investimento, por parte do Estado, na área da saúde e segurança pública. Logo, o brasileiro sofre com uma desestruturação interna ligada a falta de planejamento por partes dos órgãos governamentais.



Figura 2 – Protestos pelo Brasil

Disponível em: <https://www.google.com.br/imgens>



Figura 3 – Mapa das greves nas Universidades Federais.

Disponível em: <http://www.mundodse.com/>

A internacionalização da educação superior: o caso do Brasil

O governo brasileiro possui diversos convênios internacionais que viabilizam o intercâmbio de alunos das universidades, principalmente as federais, para instituições de países como Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Itália, Canadá, Estados Unidos, Austrália, Japão, China, Coreia do Sul, entre outros.

Estes países são conhecidos por possuírem grandes e conceituadas instituições de educação superior que investem no ensino de qualidade com vistas ao empreendedorismo, desenvolvimento científico, tecnológico e humanístico. São universidades de ponta e que possuem excelentes estruturas de funcionamento, seja física ou profissional, através de seu corpo administrativo e docente. Algumas desta são tidas como as melhores do mundo. Em 2013, o *times higher education*, listou as dez melhores instituições de educação superior, a saber: *Harvard University (EUA)*, *Massachusetts Institute of Technology (EUA)*, *University of Cambridge (Reino Unido)*, *University of Oxford (Reino Unido)*, *University of California, Berkeley (EUA)*, *Stanford University (EUA)*, *Princeton University (EUA)*, *University of California, Los Angeles (EUA)*, *University of Tokyo (Japão)*, *Yale University (EUA)*.

Todavia, na questão do Brasil, ao tratarmos do envio de estudantes para instituições estrangeira, existem dois grandes impasses, um deles pontuado no tópico anterior, quando falamos sobre a oferta da educação brasileira e a relação com a qualidade prevista na Constituição Federal, reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o segundo, através da internacionalização de forma qualitativa, o que não é, visivelmente, o caso do nosso país.

Vejamos o caso do Programa Ciência sem Fronteiras, de acordo com o site oficial do programa (2013), em que se depreendem os seguintes objetivos:

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;

- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

Podemos perceber, claramente, que o país busca investir em seus estudantes através da complementação de seus estudos em instituições estrangeiras. No entanto, ao fazer um levantamento destas instituições iremos perceber que estas não se resumem apenas as já citadas. São instituições em que, muitas vezes, os padrões de qualidade estão abaixo daqueles encontrado no Brasil².

Através do “painel de controle” do Ciência sem Fronteiras podemos visualizar os seguintes dados:

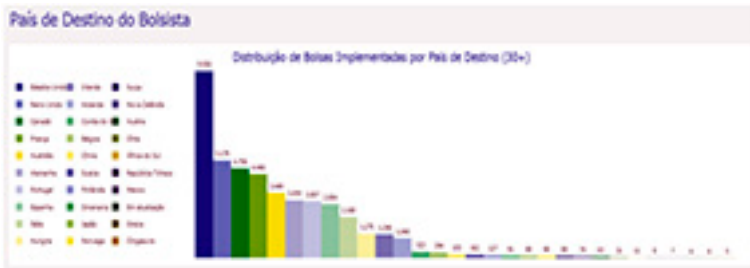


Gráfico 1 – País de destino do bolsista.

Fonte: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>

² A lista de todas as instituições encontra-se no sítio do Programa podendo ser comparada com a lista do ranking das melhores universidades do mundo, disponível nas referências deste estudo.

No gráfico acima, podemos observar a relação de países participantes do programa, assim como a quantidade de alunos enviados a estes. Entre os quais, se inclui Portugal.



Gráfico 2 – Distribuição de Bolsas Implementadas por Instituição de Destino (Portugal).

Fonte: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>

No gráfico 2, podemos visualizar as universidades portuguesas que recebem alunos bolsistas através do ciência sem fronteiras e a quantidade de alunos por instituição. Dentre estas, encontramos a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto que, segundo uma lista com as melhores universidades do mundo, divulgada pela Universidade Jiao Tong de Xangai em 2011 (ano de início do programa), são as únicas universidades portuguesas que aparecem entre as 500 melhores.

Todavia, ao observarmos o quantitativo de universidades brasileiras na lista das melhores, iremos perceber um número mais elevado que o de Portugal, sete universidades, dentre as quais enviaram vários alunos para intercâmbio nas universidades portuguesas.

O Ciência sem Fronteiras: o caso da Universidade Federal do Ceará

O primeiro requisito para a internacionalização da educação é o domínio das línguas estrangeiras.

Fazem-se necessárias formações adequadas e em grande quantidade, que possa abranger um elevado número de cidadãos. Logo, o país deve estar, antecipadamente, bem preparado.

No caso da Universidade Federal do Ceará – UFC, são ofertados diversos cursos de cultura estrangeira para a comunidade em geral, no entanto, não chega a ser o suficiente e, há algum tempo, visto os últimos editais publicados, a oferta vem diminuindo substancialmente.

No caso do Programa Ciência sem Fronteiras na UFC, em um relatório apresentado por meio do Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação – ForGRAD no ano de 2013, é apontado diversos fatores, positivos e negativos.

Dentre os fatores, podemos visualizar uma grande discrepância dos negativos em relação aos positivos. Vejamos a seguir, na íntegra, parte do relatório mencionado:

■ DIFICULDADES NA GESTÃO DO CSF

- Limitação da participação dos alunos em cursos de áreas prioritárias (com a exclusão de vários cursos)
- Participação em mais de um edital simultaneamente (ex: Brafitec, Duplo Diploma e Ciência Sem Fronteiras)
- Editais sem a exigência de proficiência (Portugal e Espanha)
 - Grande número de inscrições gerou dificuldades operacionais
 - Aprovação de alunos para a Espanha sem nível de proficiência
- Transferência de candidaturas para outros países (inclusive o cancelamento do Edital para Portugal)
 - Alunos são homologados em um edital e alocados em outro pela CAPES/CNPq
 - Transferência da candidatura para outros países não exigiu anuência da UFC
 - Processo de transferência para outros países iniciado sem comunicação às universidades (nos causando grandes dificuldades para orientar nossos alunos)
 - A grande maioria dos alunos realocados para outros países não possuía nenhuma experiência prévia no idioma a ser utilizado no exterior

■ DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS DOS ALUNOS

- Grande deficiência no fluxo de informações das agências financiadoras (CAPES/CNPq) para as universidades
 - As Universidades Brasileiras não têm acesso a uma base de dados contendo informações atualizadas
 - Necessidade de buscar junto aos alunos informações básicas existentes na CAPES/CNPq e que não são facilmente fornecidas para as universidades (ex: situação atualizada da candidatura, nome da universidade estrangeira, data de início, número de parcelas, concessão de curso de línguas no país destino, etc.)
- Necessidade de fornecer declaração para a emissão de passaporte sem a existência de documento formal por parte da CAPES/CNPq sobre a situação dos alunos
 - Necessidade de buscar junto aos alunos algum documento que demonstre a situação da candidatura

■ DIFICULDADES NO ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO DOS ALUNOS APROVADOS

- Autorização para cursar atividades no estrangeiro
 - Nem sempre as universidades estrangeiras exigem plano de estudo
 - Algumas vezes o aluno deixa o Brasil sem ter o conhecimento do que será oferecido em termos de disciplina (principalmente quando vai participar de curso de línguas no país destino)
- Grande número de alunos aprovados dificulta o acompanhamento das coordenações dos cursos
 - Algumas coordenações não “assumem” totalmente o acompanhamento acadêmico dos alunos
 - Dificuldades no aproveitamento das atividades realizadas no exterior

■ DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ALUNOS

- Dificuldade para realizar o exame de proficiência
 - Muitos alunos deixam de participar pela ausência do exame de proficiência
 - Há a necessidade de ampliar as datas para a realização do exame
- Dificuldade para obter informação junto às agências financiadoras após a homologação

■ DIFICULDADES ENCONTRADA PELA UFC

- Disponibilização do processo de inscrição dos estudantes em tempo real para as universidade para dar tempo de sanar problemas, como a falta de documentos.
- Resistências dos próprios professores da UFC à ida do estudante para o exterior

■ BENEFÍCIOS PARA OS ALUNOS E PARA A UFC

- Maior sensibilização da comunidade acadêmica para a importância dos processos de internacionalização das universidades
- Diminuição da resistência por parte dos professores em relação às oportunidades oferecidas a alunos de graduação (e que não foram oferecidas para os professores)
- Mudança no comportamento dos alunos de graduação na UFC (ver próximo slide)

■ MUDANÇA NO COMPORTAMENTO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO NA UFC

- Maior conhecimento sobre as oportunidades de estudar no exterior já no início do curso
 - Divulgação nacional pelo Governo Federal
 - Divulgação na UFC através da internet e das Coordenações dos Cursos de Graduação
- Grande interesse no Programa Jovens Talentos

- Melhor preparação acadêmica na UFC em função dos critérios de seleção
- Melhor preparação em idiomas estrangeiros³.

Através do exposto, reafirma-se aquilo que foi observado no início do trabalho: a falta de organização e planejamento estrutural na gestão do programa, para um melhor aproveitamento das ações a serem desenvolvidas para o aperfeiçoamento da formação do estudante brasileiro.

Metodologia

O trabalho que se segue, de cunho qualitativo, divide-se em dois momentos, a saber: pesquisa bibliográfica em diversas fontes de informação *online* que tratam do tema em questão; e análise dos resultados norteados pela pesquisa bibliográfica.

Considerações finais

Sabemos que a internacionalização da educação superior é fator importantíssimo para o desenvolvimento de uma nação. Todavia, para que isso se efetive, se faz necessário uma prévia organização estrutural, de modo a contribuir com o crescimento científico e tecnológico e em patamares qualitativamente superiores. Não constatado uma forte pesquisa e planejamento, anteriormente, sobre o local destino, uma eficaz organização estrutural e, posteriormente, uma forte fiscalização, estaremos apenas oportunizando aos nossos alunos a opção de conhecer um novo país. Porém, essa oportunidade é concebida por meio de gasto com o dinheiro público.

³ Texto tal qual como se encontra no relatório apresentado. Disponível em: <http://www.forgrad.com.br/apresentacoes/dia2/2013-08%20FORGRAD%20-%20Experiencia%20UFC%20-%20CSF%20-%20Bolsa%20Sanduiche-1.pdf>.

Referências bibliográficas

SEGRERA, F. L.; GRIMALDO, H. **La internacionalización de la educación superior a nivel mundial y regional**. Editorial Planeta, 2012.

Web referências

<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2013/reputation-ranking>

<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1057/noticias/admirar-e-facil-difcil-e-copiar?page=1>

<https://www.google.com.br/imagens>

<http://oglobo.globo.com/infograficos/mapa-protestos/>

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/08/18/ranking-mostra-as-500-melhores-universidades-do-mundo-veja-lista-completa.htm>

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>

<http://www.forgrad.com.br/apresentacoes/dia2/2013-08%20FORGRAD%20-%20Experiencia%20UFC%20-%20CSF%20-%20Bolsa%20Sanduiche-1.pdf>